

**Processo / Documento nº :** 700708 / 2022  
**Período de referência:** 2021  
**Unidade Jurisdicionada:** CÂMARA MUNICIPAL DE PUREZA  
**Relator:** MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO  
**Termo de alerta nº:** 2312 / 2022

## TERMO DE ALERTA – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CÂMARAS

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, com fundamento no artigo 1º, incisos VII e XIX, de sua Lei Orgânica e no artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre o dever de divulgar os instrumentos de transparência da gestão pública em meios eletrônicos de acesso público, vem emitir ALERTA ao órgão acima especificado, em conformidade com a análise realizada pelo Corpo Técnico da Diretoria de Administração Municipal, devido à constatação da seguinte situação:

### I. Situação Encontrada

Dados Verificados	Situação
Endereço Pesquisado	camaradepureza.rn.gov.br
Data da Pesquisa	12/01/2022
Prestação de Contas Anuais	Não Divulgado
RGF	Divulgado
RGF simplificado	Divulgado
Processos de despesas	Divulgado
Bem/Serviço contratado	Divulgado
Credores	Divulgado
Procedimentos licitatórios realizados	Divulgado
Editais de licitação	Não Divulgado
Resultados de licitações	Divulgado
Contratos firmados	Divulgado
Lista de exigibilidades	Divulgado
E-SIC	Possui

Em razão da situação apontada pelo Corpo Técnico, sem embargo das atividades de fiscalização afetas a este Tribunal, recomenda-se a adoção de providências para a efetiva divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e dos dados da execução orçamentária e financeira, nos moldes previstos nos artigos 48 e 48-A, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Natal(RN), 8 de Abril de 2.022

MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO

Conselheiro Relator